

Apreensão do ódio e da violência em *Gog Magog*, de Patrícia Melo

Carlos Wender Sousa Silva* 

A sociedade é, hoje, orientada por um conjunto de informações que dão forma às relações sociais estabelecidas nos mais diferentes espaços. Essas relações geram conflitos e divergências em todos os âmbitos das vidas privada e pública, cujos desdobramentos não são necessariamente negativos. Ocorre que, frequentemente, essa interpenetração de informações e choque de interesses divergentes apontam para uma resignificação das relações sociais e pessoais na sociedade contemporânea, provocando certo imediatismo nas construções afetivas, pessoais, profissionais e coletivas; há, ainda, o risco de recusa da alteridade como possibilidade de experimentar a vida. Tudo isso tem sido refletido na sociedade como um sintoma da dificuldade que alguns grupos sociais têm em lidar com as diversas possibilidades de se relacionar e se inserir em uma comunidade complexa e multiforme.

Essa dificuldade, em muitos casos, tem se traduzido em frustração, ódio e menosprezo do indivíduo que nega concepções e subjetividades divergentes das suas. Esse sujeito revela um inconformismo com a própria vida, na medida em que a sociedade da informação expõe mais e mais formas de experiências da vida humana no mundo. Os sentimentos de ódio e de menosprezo, acentuados por inconformismo e frustração consigo mesmo, levam à violência e, conseqüentemente, à própria banalização da vida. É nesse sentido que Patrícia Melo, em *Gog Magog* (2017), consegue tecer uma narrativa literária que traduz esteticamente muitas dessas posições e ações humanas presentes na sociedade contemporânea, bem como alguns dos seus ruídos, algumas das possibilidades de sociabilidade cujas tentativas de comunicação e interação são mal assimiladas em decorrência do cultivo de diferentes estados de irracionalidade e de recusa do outro. A narrativa ficcional se mostra, então, como essa ferramenta discursiva capaz de captar na realidade algumas das incompreensões das ações dos seres humanos e torná-las suscetíveis a uma consciência mais ampla, honesta e sensível das disputas, embates e tensões que envolvem os indivíduos. Procuro apontar alguns desses aspectos a seguir.

Inicialmente, cabe ressaltar que o Brasil foi formado a partir da retirada à força de africanas e africanos de suas comunidades de origem e o genocídio sistemático dos indígenas. A ideia de nação foi constituída em meio a um intenso projeto co-

* Mestre em Teoria Literária e Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), DF, Brasil. E-mail: sousasilvabr@gmail.com.

lonizador de exploração e dominação de outros povos. A própria independência política em 1822, embora não tenha trazido mudanças institucionais significativas, demonstra que os projetos políticos dominantes sempre buscaram construir uma narrativa que justificasse aquele modelo de sociedade adotado e imposto, como também o foi na ditadura militar de 1964. Esses momentos de ruptura são englobados por narrativas que visam legitimar sua manutenção, ainda que através da violência.

Momentos inaugurais procuram destacar uma dada narrativa temporal em detrimento de outras, criar uma verdadeira batalha retórica – inventando rituais de memória e qualificando seus próprios modelos de autênticos (e os demais de falsos) –, elevar alguns eventos e obliterar outros, endossar certas interpretações e desautorizar o resto. Episódios como esse são, portanto, bons para iluminar os artifícios políticos da cena e seus bastidores (SCHWARCZ, 2019, p. 14).

Por trás desses momentos, há sempre uma narrativa política dominante que justifica a violência, o extermínio, o Estado de exceção, o ódio, a criação de um inimigo a ser combatido. A escravidão, as ditaduras, o nazismo, o fascismo, todos esses regimes estabeleceram uma narrativa que justificasse a intolerância, a violência, a dominação e o extermínio. A narrativa predominante é disputada no seio das organizações políticas e sociais, orientada pelos interesses de diferentes grupos. Os avanços em torno de direitos sociais, defendidos a partir de princípios como os de igualdade e de liberdade, são conquistas atribuídas a disputas de narrativas históricas e sociais. Ocorre que, nessa disputa discursiva, as forças econômicas e políticas dominantes quase sempre levaram a melhor, e a narrativa dessas forças dominantes sempre foi assegurada por meio da legitimação da violência.

No Brasil, foi construída, por exemplo, uma narrativa equivocada em torno da formação do país a partir da convivência e da troca de experiências entre três raças ou povos; essa ideia nega o extermínio dos negros, o genocídio dos indígenas, nega o racismo, assim como as desigualdades sociais e econômicas. Esse foi o mito da democracia racial, conforme discutiu Florestan Fernandes (1978), ainda hoje presente na nossa sociedade. Essa escolha discursiva foi responsável por naturalizar a desigualdade e por institucionalizar o racismo. Os grupos dominantes se apropriaram dessa narrativa para combater qualquer ideal de igualdade e de inclusão. Essas elites não revelaram os interesses diretamente, mas sempre através de artifícios como o uso da violência estatal e institucional, a criminalização de movimentos sociais, a negação do passado autoritário, genocida e dominante. É uma narrativa que não se sustenta em fatos, mas em mitos, em retóricas imediatistas e em desejos autoritários, imperialistas e colonizadores.

Os dados mostram que os índices de desigualdade social, racial e de gênero no Brasil são elevados e são evidenciados diariamente nas práticas discriminatórias e excludentes. As minorias são quase sempre o alvo: as mulheres, os indígenas, os

negros, a população LGBTQIA+. Como apontado por Lilia Moritz Schwarcz em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), alguns aspectos principais são responsáveis pela construção de raízes autoritárias no Brasil: a escravidão e o patrimonialismo, por exemplo. A violência se apresenta como um dos resultados de problemas estruturais e muitas das manifestações de violência são praticadas no âmbito familiar, ou seja, na vida íntima e privada. É o caso do protagonista do romance *Gog Magog* (2017). A banalização da violência é, talvez, o principal incômodo da autora nesse romance. A narrativa coloca-se como uma tentativa de compreensão das recorrentes práticas tão violentas do nosso cotidiano. O romance expõe possibilidades de leituras de uma realidade complexa, negando o imediatismo que lhe é imposto por outras formas de expressão. Os fatos narrados na obra denunciam também aspectos problemáticos da realidade brasileira atual.

O número diário de homicídios no Brasil equivale ao de mortos na queda de um Boeing 737-800 totalmente lotado. Essa é uma das conclusões do *Atlas da Violência 2018*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Tal quadro nos coloca dentro de um grupo de países considerados violentos, com índices de mortalidade trinta vezes maiores do que aqueles observados, por exemplo, no continente europeu. Registram-se aqui cerca de 171 mortes por dia e, levando-se em conta os dados de 2016, 62,5 mil anuais, sendo que, apenas na última década, houve 553 mortes por homicídio doloso. O mesmo relatório atesta que no Brasil, pela primeira vez, o número de mortes violentas superou a casa dos 60 mil em um ano. Aliás, segundo o *Atlas da Violência 2018*, também pela primeira vez o país atingiu a taxa de trinta assassinatos para cada 100 mil habitantes. Contabilizando-se 62517 homicídios, a taxa atingiu 30,3. O Brasil apresenta índices que se comparam aos da Colômbia, e só perdemos para Belize, Honduras, para a própria Colômbia e El Salvador. [...] O *Atlas* mostra, além disso, que entre 1980 e 2016 cerca de 910 mil pessoas morreram por causa do uso de armas de fogo no país. No ano de 2016, por exemplo, 71,1% dos homicídios foram praticados com esse tipo de instrumento (SCHWARCZ, 2019, p. 152-153).

Os índices de violência na América Latina são os mais elevados do mundo. No Brasil, fatores geográficos e econômicos, faixa etária, etnia e gênero denunciam quem são as principais vítimas desse cenário social. Esses dados sobre violência demonstram que os índices vinham aumentando consideravelmente desde a década de 1980, após a corrida armamentista, que só foi barrada em 2003, quando o governo brasileiro sancionou o Estatuto do Desarmamento. Os dados revelam que, ao contrário dos discursos demagógicos de certos grupos políticos, o armamento da população contribui para o aumento da violência. Fatores sócio-históricos explicam as diversas manifestações de autoritarismo e de violência. O regime escravocrata, liderado pelos senhores de terra e a conivência do Estado, é responsável pela formação de muitas das estruturas de exploração e desigualdades que ainda hoje são mantidas.

A violência no Brasil tem várias origens. As principais taxas desse quadro social são refletidas em roubos e furtos. O narcotráfico e o crime organizado também têm um peso importante na elevação desses índices. Seguidos da violência contra crianças e de outras formas de violência doméstica. No caso brasileiro, é interessante observar como é construída uma mão de via dupla quando se trata das relações entre violência institucional e violência doméstica. O uso (a representação) dessas realidades na mídia leva a população a escolher a própria violência como caminho para a resolução de conflitos, muitas vezes, como resposta à violência institucional que lhe é imposta.

Enfim, o crescimento da criminalidade, letal ou não, tem gerado o aumento da sensação de impunidade entre os brasileiros que vivem nas cidades. Também explica, em parte, a guinada autoritária que o país vem conhecendo nestes últimos anos. Para acabar com a violência, os eleitores exigem medidas igualmente violentas. No entanto, e como vimos, se as saídas mais imediatistas e performáticas têm a capacidade de acalmar momentaneamente a população, elas não dão conta de enfrentar os desafios, de fato sistêmicos e estruturais, que envolvem a cotidiana realidade da violência: a desigualdade social, a formação educacional deficiente, a crise econômica, a recessão, a corrupção, o desemprego e também a ineficiência policial, bem como os problemas apresentados em programas estaduais de redução de criminalidade, que vêm perdendo em números absolutos de investimento (SCHWARCZ, 2019, p. 160-161).

Isso mostra que, ainda hoje, no Brasil, forças econômicas, militares e políticas se apropriam de demandas legítimas da população, manipulam a maioria e perpetuam seu poder por meio de novas formas de opressão, de censura e de violência. Um exemplo disso foi a eleição, em 2018, de um presidente da República com ideais totalmente contrários àqueles que o país e o mundo vinham construindo ao longo das últimas duas décadas. Políticas de desarmamento, de equidade de gênero, de reparação histórica, de proteção às minorias, tudo isso é agora desconfigurado sob a figura do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, com o apoio de grandes forças econômicas, militares e políticas, dentre as quais muitas delas são predominantemente autoritárias, reacionárias e fundamentalistas. Essa onda conservadora – e, em algum grau, fascista – é um movimento que ocorre no mundo todo. Polônia, Estados Unidos, Israel, Hungria e Turquia são outros exemplos dessa investitura reacionária (MOUNK, 2019).

As narrativas institucionais influenciam as concepções que cada indivíduo e que cada comunidade terão de determinada realidade. Quando um governante ou uma instituição assume que “bandido bom é bandido morto”, ou quando convocam seus apoiadores a “fuzilar” a oposição sob sorrisos e aplausos, ele visa implantar um projeto político que se legitime através dos usos da violência. Essa figura autoritária constrói a imagem de um inimigo. Esse inimigo deve ser combatido, uma vez que é apontado como responsável por todas as mazelas que envolvem o

grupo atingido pela narrativa do sujeito (ou da instituição) que se colocou como representante do povo – da nação.

É exatamente esse caminho que vem se desenhando em países como o Brasil nos últimos anos. O sistema escravagista legitimou o domínio dos senhores de engenho sobre os corpos negros. A ditadura legitimou a tortura e o assassinato dos opositores políticos. Essa ideia de que o inimigo é perigoso e deve ser combatido entra no imaginário da população há séculos. A violência institucional legitima a violência no âmbito privado, a violência familiar, a violência no trabalho, no trânsito, até aquelas resultantes das situações mais banais como na relação entre vizinhos, conforme retratado no romance de Patrícia Melo (2017). Essa obra, de certa forma, antecipa a banalização da violência no sentido mais amplo e estrutural e o arbítrio ao qual o Brasil se impôs pouco depois da publicação do romance. Há, assim, uma dimensão “premonitória” que reflete, na verdade, a capacidade das artes de captar questões que pautam a organização da sociedade e suas disputas. A literatura se mostra como esse instrumento de canalização da violência e da barbárie e, conseqüentemente, como um convite para pensarmos alternativas a essa violência que se sobrepõe sobre nossos corpos, nossos sonhos e nossas expectativas.

A literatura como espaço de canalização dos conflitos humanos

Gog Magog (2017) aborda a vida de um professor de biologia, cidadão pacato e honesto – como ele mesmo se define –, morador de São Paulo, uma metrópole. Ele tem sua vida transformada quando o seu vizinho, Ygor (ou Senhor Ípsilon), se torna um problema. O professor tem o seu sossego retirado, indo do incômodo ao transtorno devido aos barulhos, ruídos, resmungos e hábitos do vizinho que se mudou para o andar de cima. A forma como o Senhor Ípsilon leva a vida passa a perturbar o professor de biologia, embora aquele não tivesse interesse em manter nem mantivesse quase ou nenhum contato com o personagem central. Patrícia Melo (2017) tece uma narrativa psicológica, com elementos do romance policial, em um ambiente tipicamente brasileiro, que nos coloca diante de aspectos da nossa realidade, tais como a violência e as desigualdades estruturais do nosso país.

A vida pacata do professor de biologia pouco a pouco vai sendo diluída pelos barulhos provocados pelo Sr. Ípsilon. Os sons e ruídos do vizinho invadem a cabeça do professor e passam a fragmentar a sua capacidade de racionalizar as implicações da vida urbana contemporânea. O personagem central está completamente imerso em uma rotina sem significação, seu casamento enfraquece pela sua incapacidade em dar algum sentido à sua existência, impossibilitado de enxergar qualquer forma de vida além daquela imediatamente à sua frente, reduzida e limitada. Ele acaba cedendo a um ódio que gera violência (DADOUN, 1998) e é resultado da sua própria limitação em compreender a organização e a organicidade da vida humana. O personagem não reconhece na sua vida o elemento vital que justifique sua existência e, então, opta pela violência como resposta a essa incapacidade.

O professor deixa sua frustração prevalecer. Ele passa a ter uma concepção equivocada de que o seu direito se sobrepõe ao direito do indivíduo ao lado, na medida em que não mais admite os resultados daquela organização social. Consequentemente, ele escolhe o caminho mais violento e irracional para resolver o conflito. Um conflito que não é só dele com o vizinho, mas que se estende ao conjunto das possibilidades de vivências confrontadas umas com as outras. Nesse caso, é a vivência pessoal do senhor Ípsilon em choque com o estilo de vida limitado do professor. O clímax da narrativa talvez seja o ponto em que o personagem central decide de maneira brutal e desumana resolver o conflito. O estudo do filósofo Yves Michaud (1989) que analisa os atos de violência e seus estados contribui para essa aproximação que faço entre as ações do personagem no romance e os atos de violência e de ruptura do diálogo na nossa sociedade.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (FERNANDES, 1978, apud MICHAUD, 1989, p. 10-11).

Em que medida a violência produzida pela sociedade contemporânea decorre dessa dificuldade do indivíduo em lidar com uma organização social que busca a acomodação de conflitos e interesses divergentes? A narrativa de Patrícia Melo (2017) vai justamente nas implicações de uma violência que se dá, muitas vezes, no âmbito privado e pessoal, mas que se orienta a partir do âmbito público e coletivo, nos espaços que permitem a institucionalização das diferentes manifestações de violência. As várias formas de violência resultantes de eventos sócio-históricos refletem a formação identitária de uma sociedade e a sua estruturação como um povo.

Quando o diálogo é interrompido

Em *Gog Magog*, o personagem central evidencia sua incapacidade em se inserir numa sociedade construída por contínuas mutações. O professor, a todo momento, aponta, por exemplo, sua dificuldade em se relacionar com o barulho produzido pelo outro. Não há possibilidade para o convívio, ali não é construída uma situação na qual pessoas diferentes possam dividir certas vivências e se acomodar em determinado espaço comum. “Não somos só o que comemos, eu já vinha suspeitando. Somos também o que escutamos” (MELO, 2017, p. 22). O senhor Ípsilon aparentava estar inserido na vida contemporânea, fato que perturbava o personagem central. Em uma das discussões mais emblemáticas com o professor, ele afirma: “o que o senhor está querendo é que eu não exista. Viver é barulhento. [...] O que o senhor chama de barulho [...] sou eu vivendo” (MELO, 2017, p. 25). O conflito entre os dois se intensifica na medida em que não há espaço para a mediação, não há espaço para qualquer ponto de conciliação. O incômodo do professor se torna raiva, que passa ao ódio, até desencadear na violência e na banalização da vida humana.

Uma gargalhada como a que vem do andar de cima, em rajadas histéricas, pontiagudas, no meio da madrugada, também tem o poder de ferir, pensei, ao despertar. Não como a pistola, a faca, ou a corda. Seu efeito é mais parecido com o de certos venenos que não chegam a matar, mas estragam a nossa saúde. Apodrecem nosso fígado. Desorganizam nossa mente (MELO, 2017, p. 11).

O narrador dá indícios de que essa incompreensão com relação às diversas facetas da organização da vida em sociedade pode levar à irracionalidade das práticas dos indivíduos, imersos num permanente interesse em justificá-las. Essa característica fica evidente no seguinte trecho: “Aquilo não ia parar – o conflito. Não ia parar, porque o senhor Ípsilon não podia parar. Porque eu não conseguia parar. Porque havíamos colocado outras forças em ação, forças que agora nos tratavam como escravos” (MELO, 2017, p. 31). Qualquer possibilidade de diálogo é interrompida. Os interesses divergentes não se acomodam num espaço comum. A irracionalidade potencial ganha protagonismo numa situação na qual o indivíduo já não reconhece a essencialidade daquilo que o diferencia do outro. Paralelamente a essa irracionalidade, o sujeito não se enxerga na sua própria pequenez, na mediocridade da sua vida. Ele se depara com a sua frustração, mas não a reconhece. As frustrações associadas à irracionalidade potencial se interpenetram e geram o ódio. Um dos trechos que evidencia esse movimento na narrativa é a invasão do apartamento do senhor Ípsilon.

É ESTRANHO INVADIR A CASA de alguém que supostamente tem poder sobre nós. Foi inevitável constatar a súbita fragilidade do senhor Ípsilon e minha infinita vantagem sobre ele. Se no andar de baixo eu era vítima, ali eu ganhava soberania. Andei pelo apartamento sentindo o magnetismo dessa força. A cada passo, mais rei eu me tornava. Absoluto. Despótico. Louco para esperar meu vizinho calmamente, atrás da porta, com um instrumento rombudo ou cortante, um machado talvez, para surpreendê-lo com um golpe na cabeça, e rachá-lo de cima a baixo antes mesmo que ele gritasse socorro (MELO, 2017, p. 41).

Nesse sentido, o personagem do romance assume essa posição de submissão diante da potencial irracionalidade. O ódio passa a gerenciar suas atitudes e sua incapacidade de racionalizá-las. O indivíduo passa a justificar a violência proveniente de atitudes irracionais (DADOUN, 1998) e aciona mecanismos de resolução do conflito que advêm da percepção equivocada ou dissimulada que tem dessas mesmas atitudes. “Eu só queria que compreendesse que as pessoas não necessitam de um motivo sólido e consistente para cometer uma crueldade. “Basta falta de empatia”, eu disse. Basta indiferença” (MELO, 2017, p. 32).

As atitudes do protagonista do romance são exatamente aquelas mesmas atitudes de quem, no dia a dia, diante da impossibilidade de compreensão da realidade, pratica violências nos espaços privado e público com os quais interage: é o reflexo

de um motorista que, numa situação de desentendimento no trânsito, puxa o revólver; ou quando o sujeito não aceita o término da relação com a companheira, a agride e, recorrentemente, retira o principal direito dessa mulher, o direito à vida; ou aquele que, diante da sua própria fragilidade emocional, esfaqueia ou dá pauladas em uma pessoa da comunidade LGBTQIA+; são os militares que dão 80 tiros em um homem negro e na sua família; ou ainda, aqueles jovens de classe média-alta que queimam um indígena numa praça ou arrastam uma vendedora ambulante num carro de luxo por um laço preso à sua mão.

Várias formas de violência ganham espaço na medida em que a crueldade e o ódio se sobrepõem à racionalização das atitudes humanas. A falta de empatia, a indiferença, a raiva, o menosprezo e a banalização da vida do outro, diante do reconhecimento da própria impossibilidade desse indivíduo de se colocar em uma sociedade multiforme e plural, levam à violência. Nessas situações, ocorre a naturalização do ódio. A vingança e o sentimento de dominação passam a ser o fio condutor das ações do indivíduo autoritário e violento. O protagonista de *Gog Magog* (2017) reflete exatamente essas características:

E os inocentes que repousam suas cabeças tranquilas, à noite, no travesseiro, e sonham os sonhos dos justos, se enganam ao pensar que é infeliz o homem que odeia. O ódio, na verdade, é uma forma de entretenimento como outra qualquer. E diante de uma vida ordinária, sem arrebatamentos, um ódio bem nutrido garante-nos ao menos uma grande emoção. Da minha parte, penso que é preferível odiar a não sentir nada (MELO, 2017, p. 38).

No romance, a violência do professor de biologia é resultado da dificuldade que ele tem em lidar com o barulho da vida moderna, com os tamancos da amante do senhor Ípsilon que fazem “cleptcleptclept” no andar de cima do prédio, as coisas caindo sobre o piso, a chave do senhor Ípsilon girando na fechadura da porta do seu apartamento. Essa obsessão do personagem central é apontada também pela maneira como ele registra todos os ruídos provocados pelo vizinho: as quedas, os objetos quebrados, o som dos passos, a porta batendo. A narrativa acentua esses ruídos por meio do registro dos sons na linguagem escrita (bash, bau, blém, crash, cleng, plenc, poc, caf – todos esses sons compõem a estrutura textual da narrativa).

Os dias seguintes foram lentos, estrepitosos, e de longa espera. As mãos do senhor Ípsilon pareciam furadas, as coisas não paravam de cair no andar superior, bash, bau, blém, caíam sem parar, crash, cleng, quebravam, por vezes voavam nas paredes, plenc, poc, caf (MELO, 2017, pp. 38-39).

Durante a intensificação do conflito no romance, o professor de biologia reconhece seu despotismo e seu espírito autoritário. Há a banalização da vida na medida em que ele planeja e executa seus planos contra o senhor Ípsilon. Isso ocorre,

por exemplo, no momento em que o professor encontra a arma do vizinho e sente que ela passa a ser uma extensão natural das suas mãos. O próprio personagem percebe que aquela atitude irracional, que resulta no assassinato do seu vizinho, o leva à inumanidade. O silêncio é um produto de luxo para o professor, produto ao qual ele entende ter perdido o acesso desde a chegada do senhor Ípsilon.

O barulho como representação da incomunicabilidade nas relações humanas

O barulho que desperta a indiferença do professor é um elemento metafórico. No romance, o barulho é o elemento que causa o conflito. Na sociedade contemporânea, esse barulho se dá de diversas formas, ele se apresenta por meio da incomunicabilidade que as pessoas revelam nas relações privada e pública. Emerge do estranhamento e da recusa face à alteridade do outro, se apresenta também na insensibilidade imposta às pessoas através dos processos constituintes de suas relações e de suas percepções direcionadas. A incomunicabilidade revelada na vida cotidiana contemporânea se dá na medida em que os interesses se sobrepõem uns aos outros, seja através do conflito entre eles – e daí a decorrente confusão entre direitos individuais, coletivos e deveres –, seja pelo simples fato de haver uma barreira posta pelo indivíduo que nega outras formas de existência, indivíduo cujos parâmetros de vivência englobam algumas formas de autoritarismo, de opressão e de silenciamento do outro.

A indiferença, o ódio e, conseqüentemente, a violência advinda dessa incomunicabilidade nem sempre são passíveis de compreensão pelas diversas fontes de registro e reprodução. Por exemplo, uma reportagem jornalística, na maioria das vezes, não consegue oferecer qualquer compreensão crítica sobre determinado evento violento. Práticas humanas marcadamente autoritárias, violentas e opressivas são, quase sempre, reproduzidas numa tentativa de que os fatos daquela narrativa sejam retratados – reconstituídos – na reportagem da mesma forma como aconteceu, ou seja, busca-se uma suposta literalidade e verdade dos acontecimentos e fatos. Essa narrativa também costuma adotar o tom discursivo interessado do jornalista ou o de quem a ele esteja vinculado. A narrativa histórica, como outro exemplo, também adota um tom discursivo majoritariamente ligado à verdade histórica apresentada pela fonte; aqui também são usadas ferramentas que talvez não deem conta das origens e dos resultados dessa incomunicabilidade tão presente nas nossas vidas.

A obra literária, por outro lado, dispõe de um conjunto de elementos estéticos, linguísticos e estilísticos que lhe permite reconstruir uma atitude humana violenta e autoritária. Como proposta, a literatura oferece ao receptor recursos críticos e humanísticos que o preparam para uma melhor compreensão de determinada realidade apreendida pela obra. A autenticidade do texto literário não está no fato de ser uma tentativa de reproduzir determinada realidade tal como ela é, como se ela fosse algo estagnado e não dinâmico; essa autenticidade está no próprio interesse

discursivo do texto literário e na força que a literatura tem como uma dimensão da linguagem potencialmente transformadora. Ainda que não se comprometa a reproduzir determinado fato tal como é ou foi, ela desperta no leitor um interesse de compreender aquela realidade a partir da própria possibilidade que ele passa a enxergar ao confrontar suas experiências e seus interesses com aqueles de realidades diferentes da sua expostas no texto. Silviano Santiago traz essa discussão em *O narrador pós-moderno* (1989):

A ficção existe para falar da incomunicabilidade de experiências: a experiência do narrador e a do personagem. A incomunicabilidade, no entanto, se recobre pelo tecido de uma relação, relação esta que se define pelo olhar. Uma ponte, feita de palavras, envolve a experiência muda do olhar e torna possível a narrativa (SANTIAGO, 1989, p. 44-45).

Nesse sentido, o conjunto de palavras – a obra literária – apreende determinado recorte da realidade e tece uma narrativa que rompe com esse impedimento da incomunicabilidade de experiências. Essa barreira é intrínseca à própria realidade, ela reflete a maneira como as relações humanas são constituídas. O ódio, a indiferença, a irracionalidade, hoje evidenciados nos eventos mais banais do dia a dia, são a própria fonte dessa incomunicabilidade. A violência daí advinda é o resultado desse processo e revela o total desmembramento entre as relações pessoais e sociais. A faculdade de observação – do olhar – da obra de arte adentra as relações e os interesses mais distanciados e distintos dos nossos, suscitando uma leitura complexa e orgânica dessas realidades. Além de recuperar sentidos perdidos na própria desestruturação dessas relações e propor alguns caminhos para que cada receptor encontre mecanismos de resignificação de uma realidade tão diluída na ignorância e na morbidez dos próprios membros que a compõem.

A literatura é, então, a possibilidade de compreender e reinterpretar o conjunto das ações humanas. Mesmo as mais injustificadas como a morte do senhor Ípsilon provocada pelo professor de biologia. Quando narra a conflituosa relação entre os dois vizinhos, o que a literatura nos oferece, de certa forma, é aquilo que uma notícia de jornal não conseguiria oferecer com a mesma complexidade nem com a mesma dimensão de equivalência de atribuição de sentidos. Um documento oficial ou um registro histórico tampouco fariam esse movimento a partir da mesma relação entre elementos históricos, estéticos e narrativos tecidos pela literatura.

As delimitações entre a violência estrutural e aquelas produzidas na vida privada

A origem e as delimitações entre essa violência que ocorre no âmbito privado, tal como a praticada pelo professor de biologia no romance, e aquela estrutural, enraizada na construção sócio-histórica do Brasil, mantém muitos traços em comum entre si e outras tantas especificidades. Nesse sentido, algumas perguntas são importantes para refletirmos conjuntamente: de que forma as relações sociais,

políticas e históricas estabelecidas ao longo da formação do Brasil influem, hoje, no ódio e na indiferença desse professor, cuja prática resulta em violência extrema de assassinato e esquartejamento do vizinho? Ou aquela violência doméstica que se repete exaustivamente no noticiário dos telejornais, quando o homem oprime, silencia, agride e, diariamente, mata uma mulher? Ou a violência sexual e/ou psicológica? Enfim, em que medida a violência institucional implica nas várias manifestações de violência isoladas do dia a dia?

A falsa narrativa naturalizada de formação e convivência harmônica do brasileiro é evidenciada pelo personagem do romance de Patrícia Melo (2017) em vários aspectos. O professor de biologia, homem pacato e honesto, não enxerga uma correlação entre os seus direitos individuais e os do seu vizinho. Ao contrário, os direitos do professor se sobrepõem. O silêncio, para ele, está acima do próprio direito à vida do senhor Ípsilon. O vizinho é tido como objeto e não como ser humano, conseqüentemente, ele tem seu direito completamente reduzido.

Eu – o professor: [...] E eu não pensava no senhor Ípsilon como um ser humano.
E o médico perguntaria: Não? Como você pensava então no seu vizinho?
E eu responderia: Como um objeto. Um emissor de ruídos variados e desnecessários. Sem conteúdo (MELO, 2017, p. 111).

Para o professor, toda a centralidade da vida está em si mesmo e não na relação que estabelece com o próximo. O professor não entende que, diante de uma situação de conflito de interesses, seria necessário buscar uma solução racional e humana. Esse mesmo homem, “cidadão de bem”, é racista, é machista e não vê nenhum problema nisso. Afinal, ele já se colocou num nível acima dos que estão à sua volta. O outro já foi objetificado. Em *Gog Magog*, isso ocorre também quando o professor volta ao apartamento de Marta, sua ex-esposa, para vê-la e acaba encontrando o novo namorado dela, Rodrigo. É uma cena que evidencia o pensamento racista do personagem de forma muito aberta.

Esse racismo e essa violência, apontados em um contexto privado como no romance, têm muitos vínculos com a violência estrutural, com a própria construção de uma história oficial e com a imposição de uma narrativa dominante. Nos momentos de crise, de instabilidade política e econômica, nas mudanças de governo, de regime, se escolhe um inimigo a ser combatido. Para as forças que operam os sistemas políticos, a violência é apresentada como forma de impor uma narrativa e de apagar outras maneiras de construir as relações humanas. Não é dada a possibilidade de ressignificar a história a partir da interação com outros grupos. A resistência é a tática que o outro lado encontra para estabelecer alguns limites face às forças dominantes. Estas organizam agendas que são cotidianamente implantadas em meio ao cerceamento de interesses divergentes e ao silenciamento de qualquer forma de oposição.

Longe de constituir narrativas aferíveis, esses são modelos que dizem respeito a agendas tão profundas como ambíguas, e que, por isso mesmo, funcionam na base da falta de contestação e do silêncio. E, quando persiste o silêncio, é porque existe, com certeza, excesso de barulho. Barulho e incômodo social (SCHWARCZ, 2019, p. 22).

No romance, o silêncio é para o personagem um produto de luxo. O barulho produzido pelo vizinho é responsável por todos os problemas que acometem a vida do professor e justificam a violência por ele adotada. Esse barulho é metafórico. Numa obra literária, é um barulho que oferece alguns caminhos possíveis de compreensão da nossa realidade. O barulho, visto a partir dessa perspectiva ficcional, nos coloca diante de outras possibilidades que a narrativa tradicional e dominante não nos colocaria. Torna-se possível compreender alguns aspectos importantes das relações humanas, seja no âmbito coletivo, seja naquele mais pessoal. A incomunicabilidade dessas relações passa a ser minimamente legível e abre-se uma fresta para o diálogo, o respeito e a tolerância.

O Brasil das estatísticas chega ao romance

É possível notar que em todas as ações de violência há por parte do executor um medo de perder o domínio sobre o corpo do outro ou uma necessidade de manter o controle econômico, político, social ou, ainda, psicológico e simbólico. Quer dizer, um medo que luta pela manutenção de um *status quo* baseado em parâmetros de controle e de exclusão. Isso por si só justificaria a violência para esses indivíduos. Nessa perspectiva, afirmou Umberto Eco, no ensaio *O fascismo eterno* (2010), que o totalitarismo tem como característica a subordinação de qualquer ato individual ao Estado e à sua ideologia. A partir do texto do ensaísta italiano pode-se compreender muitas das circunstâncias que dizem respeito ao momento atual de países como Brasil, Polônia e Hungria, onde as populações estão vivenciando a retomada de políticas de Estado autoritárias e de discursos totalitários em nível institucional.

Nesses diferentes contextos sociais é possível encontrar algumas semelhanças que revelam o autoritarismo e o desejo de dominação, refletindo-se também nas relações pessoais. Um inimigo é escolhido e, então, a violência é legitimada como forma de combater esse inimigo. No Brasil, os inimigos escolhidos nos últimos anos têm sido as universidades, os professores e estudantes, a comunidade LGBTQIA+, os jornalistas, a classe artística, a oposição política, as classes proletárias, indígenas, feministas, ativistas dos direitos humanos, entre outros.

No caso do personagem de *Gog Magog* (2017), o inimigo é o vizinho que perturba a paz e a ordem daquele professor que só almeja sossego. O que o protagonista não percebe é que romper com os limites entre as suas vontades e as do seu vizinho, adotando a violência como forma de impor os seus direitos acima daqueles do outro, não é o caminho viável nem justifica a execução do ódio em medidas concretas. Na prisão, o advogado do professor comenta com ele a respeito da repercus-

são e desdobramento do crime. Ele comenta a repercussão e comoção em torno do crime, apontando para um perfil racista, classista e eugenista da nossa sociedade.

“Vou lhe dizer uma coisa”, falou, “a cada nove minutos que estamos aqui, conversando, uma pessoa é assassinada no Brasil. Nem toda aquela corja de fanáticos, governistas e rebeldes na Síria consegue bater nossas estatísticas de homicídios. E sabe qual o interesse da imprensa por estes crimes? Nenhum”. Explicou que se fosse negro e pobre, ou que se seu vizinho fosse negro e pobre, ninguém se interessaria pelo assunto. “O que torna um crime palatável para a imprensa no nosso país é a classe social do cadáver ou do assassino. É o seu caso. E sabe o que eles querem lhe perguntar? Como você dividiu o corpo do seu vizinho em dois, como o arrastou pelo corredor, se o puxou pelos cabelos ou pelas mangas, se usou faca ou serra, se pretendia enterrá-lo numa cova rasa em Mogi das Cruzes ou dissolvê-lo num tanque de ácido (MELO, 2017, p. 97).

Ainda em relação ao ensaio de Umberto Eco (2010), o pensador aponta algumas características típicas do fascismo (e também de outros regimes autoritários) e cabe, talvez, uma tentativa de se fazer uma aproximação entre essas características e as ações do professor de biologia no romance. Primeiro, o irracionalismo que acomete o personagem e legitima a violência ocorre no mesmo grau de irracionalidade que sustenta figuras e regimes autoritários, embora atinjam proporções diferentes da vida – uma no âmbito privado e outra na esfera coletiva. Essa irracionalidade advém da indiferença, é resultado do ódio e da frustração que acoberta as vontades de um sistema ou de um indivíduo.

Outra característica muito marcante é a dificuldade que o personagem tem em lidar com o desacordo entre a sua rotina e a rotina do senhor Ípsilon. Não há a possibilidade de resolução do conflito por vias racionalmente aceitas. O professor de biologia tenta, antes, rebaixar a vida do vizinho à sua forma de pensar. Consequentemente, o professor passa a associar a sua frustração individual e social àquela relação conturbada com o vizinho de cima. O senhor Ípsilon se torna o motivo de todas as irrealizações do professor de biologia. É possível que essa frustração individual ou coletiva, a qual Umberto Eco coloca como característica do fascismo, pareça ser também uma característica muito presente nas relações de violência e de dominação nas relações íntimas e pessoais. É isso que leva o professor a assumir uma atitude para interromper o desacordo com o vizinho. A barbárie é adotada como ferramenta de resolução do conflito. Quando a violência perpassa as fronteiras entre o público e o privado, entre o coletivo e o íntimo, previamente legitimada e autorizada pelas forças dominantes, o arbítrio e a barbárie são fincados nas raízes das relações humanas.

Outra característica comum do fascismo é a transferência da dominação, em geral, para questões sexuais. Esse sistema de dominação, próprio de concepções patriarcais e imperialistas da sociedade, consegue atingir o seio de toda uma estrutura, ainda que nas relações humanas mais pessoais e restritas. Isso quer dizer que

é um regime que leva a sua ideologia, suas concepções e suas práticas também para as relações entre casais, entre professor e aluno, entre autoridade policial e grupos marginalizados da sociedade, assim como em outras inúmeras relações do âmbito privado. Muitas delas diariamente adotam a violência. Mais uma vez, o personagem do romance de Patrícia Melo é um bom exemplo disso. A obsessão doentia que ele cria em torno de um inimigo por ele mesmo concebido, o senhor Ípsilon.

O professor de biologia do romance é um personagem que se constitui a partir de contradições, por meio de uma série de elementos da vida humana que implicam numa complexa relação de sentidos, imagens e referências. Há um profundo conflito entre a realidade apresentada e o inconsciente do personagem, tanto no planejamento e na execução do assassinato do senhor Ípsilon, quanto posteriormente no julgamento e mesmo durante a prisão. Ele entende que ele mesmo, fragmentado por um sentimento de irracionalidade, atinge a inumanidade no desenrolar daqueles atos. Por outro lado, o protagonista tem consciência do sensacionalismo da mídia em torno do seu crime; consegue atingir algum tipo de sensibilidade quando passa a ler poesia; nota que, após se separar de Marta, essa já não era a mesma mulher “gasta e pálida” daquela relação, reconhecendo em alguma medida seu próprio fracasso como marido; e até mesmo a experiência homossexual na prisão é vista pelo personagem como libertação interior (da cabeça), embora o corpo permanecesse numa cela.

Enfim, todos esses encontros e confrontos entre consciência e inconsciente, entre preconceitos e novas vivências, entre o eu e a alteridade, muito embora talvez só sejam percebidos de forma tardia pelo personagem central no romance, são experimentados em toda a narrativa. No romance, os elementos literários e estéticos, a construção da narrativa proposta pela escritora, todo esse conjunto de aspectos literários e extraliterários se reúnem para dar algum sentido aquele evento humano repulsivo e indigesto cuja compreensão passa por essa possibilidade de percorrer o texto ficcional e, posteriormente, se voltar para a própria realidade e, então, buscar, de maneira mais autônoma e ampla, algum entendimento para os eventos de violência, ruptura do diálogo e sobreposição de ideias e de poderes que ocorrem na nossa própria sociedade. A literatura contribui para a construção de um pensamento crítico e é uma abertura para que possamos refletir e buscar outras alternativas de interação, de diálogo e de convivência.

Referências

DADOUN, Roger. *A violência: Ensaio sobre o “Homo violens”*. Traduzido por Ana Gomes Soares. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.

ECO, Umberto. O fascismo eterno. In: *Cinco escritos morais*. Traduzido por Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

MELO, Patrícia. *Gog Magog*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

MICHAUD, Yves. *A violência*. Traduzido por L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Traduzido por Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Recebido em 19 de janeiro de 2022.

Aprovado em 7 de junho de 2022.

Resumo/Abstract

Apreensão do ódio e da violência em *Gog Magog*, de Patrícia Melo

Carlos Wender Sousa Silva

Este artigo busca apontar a ressignificação dada pela literatura brasileira contemporânea às manifestações da violência, nos âmbitos institucional e privado, a partir da obra literária *Gog Magog*, de Patrícia Melo (2017). Discute-se, então, em que medida a obra literária consegue apreender a indiferença, o ódio e a violência decorrentes das relações humanas fragmentadas na contemporaneidade. Para isso, este texto está dividido em cinco momentos: o Brasil das estatísticas chega ao romance, a literatura como questionamento do imediatismo e da dissolução das relações humanas; quando o diálogo é interrompido; o barulho como representação da incomunicabilidade; e por fim, as delimitações entre a violência estrutural e aquelas refletidas na vida privada.

Palavras-chave: violência, representação, sociedade, literatura contemporânea, Patrícia Melo.

To apprehend the hatred and the violence in *Gog Magog*, by Patrícia Melo

Carlos Wender Sousa Silva

This article aims to point out the resignification given by contemporary Brazilian literature to the manifestations of violence in the institutional and private spheres of human life, based on the literary work written by Patrícia Melo, *Gog Magog* (2017). It discussed how the literary work manages to apprehend the indifference, hatred, and violence arising from fragmented human relations in contem-

poraneity. For such purpose, this article is divided into five moments: the statistical perspective of Brazil represented in a novel; literature as a questioning of the immediacy and dissolution in human relations; when the dialogue is interrupted; noise as a representation of the lack of communication in contemporary human relations; and, finally, the delimitations between structural violence and the ones reflected in private life.

Keywords: violence, representation, society, contemporary literature, Patrícia Melo.